

2-A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NUM MUSEU LOCAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

JUDITE PRIMO

DANIELLA REBOUÇAS.

A museologia contemporânea tem sido repensada principalmente a partir da década de 70 devido a contribuição das ciências sociais e educativas que em muito fortaleceram a busca de um desenvolvimento técnico e científico. Esse tem sido um processo da maior importância para todas as ciências: de um lado a antropologia trabalhando com o conceito de cultura e bem cultural de forma mais abrangente, sem discriminar nenhum segmento social e de outro a pedagogia pondo em discussão a educação dialógica e participativa na qual o homem é entendido como sujeito histórico.

Com as transformações da sociedade revelou-se mais evidente a necessidade de um fazer museológico de maior intervenção social. Oficialmente essa museologia participativa e comunitária legitima-se através de documentos como a Mesa Redonda de Santiago no Chile, Declaração de Quebec e a Declaração de Caracas, documentos fundamentais para a compreensão da museologia actual na medida que traduzem mudança do Pensamento Museológico contemporâneo. Mudanças que podem ser percebidas, de modo a melhor compreender a forma como o homem se relaciona com o bem cultural; o património cultural que passa a ser trabalhado não só por suas características físicas mas também por toda uma gama de informação que está para além destas e uma nova conceituação de museu e de museologia.

Em virtude das transformações conceituais referentes a museologia que passa a ser entendida como o estudo da relação que se estabelece entre o Homem/Sujeito e o Objecto/Bem cultural num Espaço/Cenário, há também uma mudança na forma de compreender, estudar e atuar na Documentação Museológica.

Na museologia, a documentação é entendida como o sistema de recuperação de informação capaz de transformar o bem cultural em

fonte de pesquisa científica e em instrumento de produção do conhecimento.

OLIVEIRA ratifica esta ideia quando compreende a documentação como a:

“função básica para todo o restante processo que tem lugar na instituição museológica. Função básica pois dela dependem a conservação, a exposição, a restauração e as atividades educativas. As atividades de documentação são portanto atividades meios e não atividades fins.”
(OLIVEIRA, 1994;01).²

No momento em que se entende que o objecto no contexto museológico contém significados e informações passíveis de registro, logo a documentação museológica deixa de ser um fim em si mesma, passando a exercer um papel fundamental para as outras acções museológicas.

A Mesa Redonda de Santiago, a Declaração de Caracas e a Declaração de Quebec foram documentos de grande importância para o desenvolvimento da documentação museológica na medida em que estabeleceram e legitimaram um novo fazer museológico com a participação comunitária, ampliando o conceito de património, bem cultural e estabelecendo novas categorias de museus passando a entendê-los como um local de pesquisa, investigação científica, educacional e ao serviço do desenvolvimento.

A partir do momento em que se redefine o conceito de instituição museológica, museologia e património, estes documentos levam a um repensar de um novo fazer documental, ou seja: uma

² OLIVEIRA, Vânia Dolores. *As funções de pesquisa e documentação na museologia*. VII Fórum de Museologia do Nordeste, 1994, Fortaleza.

Sistematização Documental que se adequa a esse novo fazer museológico.

O Sistema de Documentação na museologia é entendido pois, como a elaboração e sistematização de técnicas e suportes documentais voltados para atender as necessidades de inventariação, pesquisa e ação da instituição museológica. Esse sistema deve estar em consonância com a orientação geral da instituição. Sendo assim, não há um modelo universal e sim regras básicas para a elaboração do sistema em questão, além dos vários suportes documentais que se destinam à recolha e organização das informações acerca do património que a instituição museológica trabalha.

Como dissemos anteriormente, actualmente entendemos melhor a Museologia, graças as novas correntes de pensamento que tem surgido no campo das Ciências Sociais, a exemplo da Antropologia que entende o homem e seus valores culturais, através da relação que eles estabelecem entre si. DA MATTA ratifica este pensamento quando diz que :

“... as regras que formam a cultura (ou a cultura como regra) é algo que permite relacionar indivíduos entre si e o próprio grupo com o ambiente onde vive.” (DA MATTA, 1981; 01)³.

Sendo assim, foi com a contribuição da Antropologia que ampliamos nosso entendimento do conceito de cultura e, por conseguinte de Património Cultural, tendo em vista que:

“cultura é para os antropólogos uma noção útil para pensar o Patrimônio, na medida em que sua utilização leva em conta

³ DA MATTA, Roberto. *Você tem cultura?* Suplemento cultural do Jornal da Embratel – Edição Especial. 1981.

as complexas relações entre o que permanece e o que muda.”
(VELHO, 1984; 01)⁴

Com base neste conhecimento, os museus inseridos em pequenas localidades, são os mais propícios para efectuar esta prática comunitária, uma vez que

“a existência de estruturas de investigação a nível local orientadas para o conhecimento de uma área restrita permite o aprofundamento das instituições e assegura a sua continuidade ao longo dos anos.” (MOUTINHO, 1989).⁵

Entretanto, além das Ciências Sociais, as Ciências da Educação mais especificamente a Pedagogia, também tem sido de suma importância para este novo fazer museológico que hoje é entendido como também pedagógico e dialógico, quando consideramos o museu como espaço de comunicação e troca de saberes. Por esta razão, a instituição Museu, neste contexto, é valorizada não só pelo seu património edificado e suas colecções, mas pela sua representatividade perante a comunidade que está inserido.

Como resultado destas novas tendências de pensamento, a Museologia actual consta com mais uma vertente: a Museologia Social, cuja característica fundamental é a valorização do homem como sujeito histórico que transcende a valorização da cultura material desvinculada de uma realidade social.

Esta nova vertente da Museologia, vem sendo praticada especialmente pelos Museus Comunitários; os quais buscam uma participação activa e crítica da comunidade em que o museu está inserido.

⁴ VELHO, Gilberto. *Antropologia e patrimônio cultural*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 20, 1984

⁵ MOUTINHO, Mário. *Museus e sociedade*. Museu etnológico Monte redondo. Cadernos de Patrimônio nº 05. 1989.

Os Museus, enquanto instituições culturais, precisam exercer algumas funções consideradas básicas para assegurar sua legitimidade, entre as quais temos a inventariação e a conservação, que são premissas para as demais actividades. Pois é a partir da pesquisa que tomamos conhecimento do que somos e o que queremos, como bem defende Miriam Arroyo quando diz que:

“ entendemos la investigación participativa com él método que involucra al promotor y a la comunidad y a través del cual se rescata el saber popular, se devuelve al sujeto histórico su verdadera calidad y además sistematiza el conocimiento para su mejor comprensión; Su aplicación en si és um processo educativo y acción para el desarrollo.” (ARROYO KERRIOU, 1987.)⁶

Portanto, considerada a documentação museológica como base fundamental para as demais acções de um museu, a falta de um sistema documental eficaz nos pequenos Museus compromete o futuro deste tipo de instituição museológica. Desta forma, é da maior necessidade a criação de um sistema documental, pautado numa política de aquisição, que atenda as necessidades deste tipo de Museu e sua comunidade, capaz de subsidiar os processos de investigação e comunicação do museu.

Um sistema documental passa pela elaboração de documentos referentes à documentação permanente do acervo, assim como a elaboração de uma documentação provisória e de empréstimo pautadas nas recomendações do ICOM através do seu Comité para a Documentação Museológica o CIDOC.

⁶ KERRIOU, Miriam Arroyos. México. 1987.

2.1. INSTRUMENTOS PARA UMA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA PERMANENTE.

LIVRO DE INVENTÁRIO.

O Livro de Inventário, também denominado Livro de Registro, é o instrumento documental que permite o registro geral das informações referentes ao acervo permanente do museu, tendo como função principal assegurar a legitimação do acervo museológico da instituição na sua plenitude.

Quanto aos tipos de Inventário, existem três: O Registro de Folhas Fixas, o Registro de Folhas Móveis e, as Fichas. No caso dos pequenos Museus, recomendamos o Registro de Folhas Fixas, por considerarmos o mais adequado no que se refere à segurança, visto que as Fichas e o Registro de Folhas Móveis permitem a substituição ou perda de suas folhas.

Em relação ao seu aspecto físico, este livro deve ser constituído por papel de boa qualidade e não ácido e deve ser encadernado. Suas páginas devem ser numeradas sequencialmente e rubricadas pelo responsável pelo seu preenchimento e as informações devem ser manuscritas de forma legível e com caligrafia uniforme.

Na sua página inicial deve constar de um termo de abertura (Ver abaixo), no qual serão indicados o número total de páginas do livro, a data do registro e o objectivo deste instrumento, assim como as rubricas do responsável pelo registro e do director do museu. Da mesma forma, na sua página de encerramento deve constar um termo de fechamento (Ver abaixo), explicitando o motivo deste encerramento.

Em relação aos seus itens, eles devem ser pensados de forma a abarcar as informações de carácter permanente de cada objecto do acervo, visto que este instrumento só pode ser corrigido/ alterado pelo

técnico responsável, o qual deve pautar-se nas normas documentais estabelecidas pelo Conselho Internacional dos Museus (ICOM).

TERMO DE ENCERRAMENTO.

Este livro de tombo foi substituído pelo motivo explicado na folha de nº _____, onde foi interrompido.

_____, _____ de _____

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO.

A Ficha de Identificação Museológica tem por objectivo registar todas as informações, de carácter físico e histórico, sobre cada peça individualmente. Estas fichas podem ser tratadas automaticamente, ou seja, ser objecto de tratamento informático. A InfoMusa, que se apresenta neste trabalho, mais não é do que um programa para tratamento informático para fichas de inventariação de um Museu.

Quando feitas manualmente, recomenda-se que seja utilizada uma cartolina de boa qualidade, ou papel tipo “cavalinho”, de cor branca e em formato A4 e preenchida de preferência à lápis para efeito de conservação da ficha.

Para o fácil manuseamento e controle, convém que seja atribuído a cada ficha um número. Na InfoMusa este número é atribuído automaticamente e corre de forma oculta para o utilizador.

Em relação aos seus itens, ela é composta basicamente pelos dados físicos da peça, seu estado de conservação, numeração da peça, espaço para a imagem e sua respectiva identificação, descrição, histórico, bibliografia, assinatura do responsável pelo seu preenchimento e observações. Na InfoMusa, estes itens já foram descritos anteriormente.

Recomenda-se que na Ficha manual seja criado um espaço devidamente dimensionado para registo de toda a movimentação do objecto (empréstimo a outra instituição, saída do acervo para exposição no interior ou exterior da instituição, etc), por forma a existir um controle permanente do local onde se encontra a cada momento cada objecto. No entanto, se tal se justificar e de acordo com as normas do CIDOC/ ICOM, deve também ser criado uma **Ficha de Localização**. Este instrumento é responsável por toda a trajectória do objecto dentro ou fora da instituição, mantendo desta forma sua localização sempre actualizada. Quanto às suas características físicas obedecerá as mesmas regras da Ficha de Identificação. Na Base de Dados InfoMusa, os dados referentes a este item podem ser actualizados sempre que necessários no campo Observações.

Sistema de Numeração.

O Sistema de Numeração adoptado pela documentação Museológica é o instrumento que permite a identificação individual de cada objecto pertencente ao acervo permanente do museu. É também o instrumento que permite relacionar o objecto marcado com os demais instrumentos documentais referentes aquela peça.

Acreditamos que nos Pequenos Museus o *Sistema de Numeração Corrida* e eventualmente seus consequentes desdobramento (para os conjuntos), como o mais adequado, visto a tipologia das suas colecções e, a necessidade do controle quantitativo do acervo da instituição.

Marcação.

O procedimento da marcação consiste em marcar na peça o número que lhe foi dado no Livro de Inventário, servindo de identificação para revertê-lo aos demais instrumentos documentais. Este procedimento deve ter em conta, as características físicas do objecto, uma vez que a marcação é feita de acordo com o material da peça.

No caso dos Pequenos Museus, contamos basicamente com um acervo de cerâmica, madeira, metal, e material têxtil.

As duas primeiras colecções, por possuírem uma superfície porosa, devem levar uma base antes de ser aplicada a numeração e uma camada de verniz após esta numeração. Em relação ao material têxtil, o mais recomendável é a confecção de etiquetas de tecido, sendo o seu número cosidas com linha de seda, as quais serão costuradas à peça com o mesmo tipo de linha. Em relação ao metal o procedimento técnico consiste na aplicação de produto anti-corrosivo para retirar, no caso do ferro, a ferrugem, aplicação de uma camada de verniz seguindo-se a escrita do número sobre o verniz e finalmente uma nova camada de verniz para proteger a inscrição.

As inscrições devem ser colocadas em sítio de fácil localização, em posição discreta, em letra não demasiado pequena, pois senão corre-se o risco de “nunca” mais voltarem a serem encontradas.

2.2. PROPOSTA PARA UMA DOCUMENTAÇÃO TEMPORÁRIA .

Na instituição museológica, a entrada de objectos para a sua colecção. é caracterizada pelos diversos modos de aquisição que podem ter como objectivo complementar a colecção permanente do Museu, através das doações, legados, compra, colectas ou outras como também podem ingressar na instituição a título de empréstimo, sem objectivo de perfazer o acervo do Museu.

Em qualquer destes casos entretanto, o ingresso dos objectos na instituição deve estar pautada numa política de aquisição, a qual vai definir seus objectivos e, os caminhos a seguir. Deste modo, uma política de aquisição coerente deve ir ao encontro da filosofia do museu e estar de acordo com a categoria a qual ele pertence.

Neste ínterim, cabe ao corpo técnico do Museu efectuar uma documentação provisória para posteriormente a tramitação de posse do objecto dar início a documentação permanente do mesmo, caso este seja aceite na instituição.

2.3. PROPOSTA PARA DOCUMENTAÇÃO DE EMPRÉSTIMO.

O ingresso de objectos, numa instituição museológica, a título de empréstimo, tem por objectivo primordial o intercâmbio entre instituições culturais e seus respectivos profissionais.

O modo de aquisição denominado empréstimo, é adjectivado como singular, pois através deste modo o Museu solicitante não se torna proprietário daquele objecto, uma vez que o mesmo está abrigado naquele museu, sob condições particulares, estabelecidas entre as partes.

Para que o empréstimo seja efectuado, é preciso que ambas instituições tenham documentação específica para este procedimento.

Quanto aos objectos que virão ou não a ser emprestados para e pela instituição, devemos ter em consideração o objectivo daquele empréstimo de acordo com a política de aquisição já definida.

Na generalidade dos acervos, o processo de documentação implica a utilização de instrumentos documentais entre os quais chamamos a atenção para os seguinte MODELOS de: Formulário para Doação, Formulário de Agradecimentos de Doação, Formulário para Empréstimo Temporário, Formulário de Devolução de Empréstimo Temporário, Formulário para Depósito. Estes são instrumentos que nos possibilitam conhecer quais os objectos que temos em guarda temporária.

FORMULÁRIO PARA EMPRÉSTIMO TEMPORÁRIO.

No presente dia o Sr^(a) _____
 representante legal do Museu _____
 empresta ao Sr^(a) _____
 representante legal do Museu _____ os
 seguintes objectos:

para serem exibidos na exposição _____.
 O seu estado de Conservação é o seguinte:

As peças acima indicadas serão devolvidas ao Museu no dia
 _____ de _____ de _____.

 Assinatura do(a) Responsável do Museu que empresta.

 Assinatura do(a) Responsável do Museu que recebe.

_____, _____ de _____.

FORMULÁRIO DE DEVOLUÇÃO DE

EMPRÉSTIMO TEMPORÁRIO.

No presente dia o Sr^(a) _____
representante legal do Museu _____
recebe do(a) Sr^(a) _____
representante legal do Museu _____ os
seguintes objectos:

Que foram exibidos na exposição _____.

O seu estado de Conservação é o seguinte: _____

Assinatura do(a) Responsável do Museu que emprestou.

Assinatura do(a) Responsável do Museu que devolveu.

_____, _____ de _____.

2.4. CONCLUSÃO.

A museologia contemporânea ao tomar como base de estudo o património cultural, que é fruto do fazer social do indivíduo, desenvolve suas acções de colecta, documentação, conservação, exposição e acção cultural sempre voltadas ao fazer educativo-cultural, na tentativa de despertar a consciência crítica dos sujeitos, levando-os a reapropriação da memória colectiva e ao direito da cidadania.

Assumindo as palavras de Paulo Freire, é importante lembrarmos que o papel do Museólogo como educador neste processo:

“não se esgota e não deve esgotar-se no domínio da técnica, pois que esta não existe sem os homens e estes não existem fora da história, fora da realidade que devem transformar.”
(FREIRE, 1979:49) ⁷

Todas as acções museológicas devem estar direccionadas para o fazer social e relacionadas às exigências da comunidade, levando a uma mudança do centramento no objecto para o centramento na comunidade.

A “ciência museal” deve ter o compromisso de promover, através de suas acções, o conhecimento do passado em seu contexto sócio, político, cultural e económico para a compreensão do presente, levando assim à futuras reflexões. As acções em questão devem ser desenvolvidas com a participação da comunidade local, com o objectivo de desencadear processos educativos e sociais, não podendo portanto se dar de forma dissociada.

⁷ FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro, Paz e Terra., 8ª ed. 1979

A acção documental de cunho social toma como elemento fundamental o bem cultural: contextualizando-o, ou seja, entendendo-o em sua relação dinâmica com o meio e o sujeito e estabelecendo as teias de relações entre o passado e o presente; sendo assim, a acção documental é entendida como uma produção cultural do indivíduo.

A documentação museológica, tendo como base a Acção Cultural e Educativa, é entendida como um vector capaz de proporcionar a realização de projectos que assumam a comunidade como parte do processo e, sendo assim, propicie que se exercite a democratização do conhecimento.